

BRASÍLIA EM DEBATE

CRIAÇÃO DO ESTADO DO PLANALTO

Distrito Federal

PAULO CASTELO BRANCO

Plano Piloto - Distrito Federal

Tony Winston



O senador Francisco Escórcio - o conhecido pioneiro de Brasília e tradicional empresário de Taguatinga -, está elaborando projeto de emenda constitucional visando a diminuição do Distrito Federal e a criação do Estado do Planalto Central. Na primeira reunião que promoveu no Senado Federal com pessoas interessadas no assunto, dentre eles o arquiteto Carlos Magalhães, tratou-se da formulação da proposta na busca de uma solução definitiva para a questão de Brasília e do Entorno. O encontro gerou dois grupos de estudos que deverão já na próxima semana apresentar o projeto definitivo que será submetido à apreciação do Congresso Nacional.

A matéria é do interesse de todos nós e deve ser discutida com

despreendimento e sem vaidades para que, afinal, possamos encontrar a fórmula ideal de um futuro melhor para os nossos filhos.

Nesta semana, mais um crime bárbaro abalou a nossa sociedade com o brutal assassinato de um

A matéria é do interesse de todos nós e deve ser discutida com despreendimento e sem vaidades para encontrarmos a fórmula ideal

jovem comerciante, no centro da cidade. Absurdos como este vêm ocorrendo com alguma frequência e imediatamente é acusado o governo de inoperância, negligência e irresponsabilidade, chegando-se mesmo

a proposta de criação de mais polícias, no sentido de ver-se assegurada a tranquilidade da população. O Distrito Federal já possui um contingente de 14.000 policiais que, em forma de natural rodízio, deve proteger a população, no entanto, parece-nos a todos que isto não ocorre, pois, raramente vemos policiais pelas ruas, principalmente à noite. Este fato é agravado pela garantia que a Polícia Militar deve oferecer às representações diplomáticas colocando um policial permanentemente em serviço nos prédios das embaixadas. Somente com esta atividade pode-se sentir o número de policiais praticamente parados e, conseqüentemente desmotivados.

A discussão dos custos da segurança, saúde e educação que deveriam ser da responsabilidade do Governo Federal, são sempre menores do que as reais necessidades da população de vez que não são planejados e enfiados goela abaixo na garganta do Tesouro

Nacional, dividindo-se a conta com todos os outros estados da federação. Justo ou injusto é a hora de discutir detalhadamente o problema.

Deveremos permanecer nesta penúria ou nos dividir em um Distrito efetivamente Federal, compreendendo a área do Plano Piloto e adjacências sob tutela do poder executivo federal e, de outro lado, o Estado do Planalto Central tendo como capital Taguatinga, que é uma das cidades mais importantes do País, sendo geradora de empregos e pólo indutor de progresso? Esta é a questão, para que não sejamos vítimas da tragédia de cercarmos as casas, prédios, quadras e superquadras transformando-nos em prisioneiros dos marginais que, afinal, serão os únicos livres - sem nada - mas livres, que é o desejo fundamental do ser humano.

■ Paulo Castelo Branco é advogado e membro da comissão que estuda aspectos jurídicos da implantação do novo Estado